

## Comentário de desempenho - Exercício findo em 31 de dezembro de 2012

### Senhores Acionistas

A Multiplus encerrou o exercício de 2012 com 10,9 milhões de participantes e 369 parcerias com destaque para os supermercados além de novas parcerias dedicadas exclusivamente a resgates.

Em 2012, a administração trabalhou continuamente para a consolidação estratégica da rede, adicionando importantes parceiros de coalizão como a Editora Abril e os supermercados Muffato e Y.Yamada, que atuam no Paraná e no Pará, respectivamente. Para estimular ainda mais os resgates nos parceiros de varejo, a Multiplus realizou importantes promoções como a "Black Friday" e Natal, e desenvolveu também ofertas direcionadas com a Droga Raia e a loja de roupas femininas Cori que apresentaram excelentes resultados.

Quanto aos resultados, a Multiplus encerrou o exercício de 2012 com 85,1 bilhões de pontos emitidos. O faturamento de pontos totalizou R\$1.870 milhões. A Companhia apresentou uma receita de serviços e pontos resgatados de R\$1.476 milhões e um lucro líquido de R\$224,3 milhões, representando uma margem líquida de 15,2%.

### DESEMPENHO OPERACIONAL

Informações Operacionais	2011	2012	vs 2011
Participantes (milhões)	9,4	10,9	15,6%
Parcerias	190,0	369,0	94,2%
Pontos emitidos (bilhões)	76,2	85,2	11,8%
TAM Linhas Aéreas – TLA	20,2	17,4	-13,9%
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	55,9	67,7	21,1%
Pontos resgatados (bilhões)	49,8	65,9	32,3%
Passagens aéreas	48,7	62,3	27,9%
Outros produtos / serviços	1,1	3,5	237,0%
Taxas de Breakage (média últ. 12m, %)	24,1%	21,0%	-3,1.p.p.
Número de funcionários	109	150	37,6%

**Parcerias:** total de 369,0, com crescimento de 94,2% em relação a 2011, resultado da estratégia da Companhia de construir sua rede diversificada de parceiros.

**Pontos emitidos:** 85,2 bilhões, com variação de 11,8% em comparação a 2011, produto da evolução positiva da quantidade de pontos emitidos para bancos, varejo, indústria e serviços.

**Pontos resgatados:** 65,9 bilhões de pontos Multiplus resgatados em 2012, provenientes do crescimento da emissão de pontos durante o ano.

**Breakage (média dos últimos 12 meses):** 21,0%, comparado a 24,1% em 2011.

### Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalente de caixa	6	39.811	9.186	Fornecedores		59.824	114.884
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	4,5	849.870	880.535	Salários e encargos sociais		10.214	7.825
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	7	150.426		Impostos, taxas e contribuições	15	3.839	13.423
Contas a receber	8	138.430	147.449	Imposto de renda e contribuição social a pagar		11.719	
Tributos a recuperar		3.780	5.219	Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar		65.355	
Partes relacionadas	9	16.964	39.425	Instrumentos financeiros derivativos	10	27.303	20.489
Instrumentos financeiros derivativos	10		2.465	Receita diferida	16	1.025.952	794.297
Adiantamentos a fornecedores	11	11.572	8.208	Demais contas a pagar		9.878	4.615
Demais contas a receber		1.537	715			1.148.729	1.020.888
		1.212.390	1.093.202	<b>Não circulante</b>			
<b>Não Circulante</b>				Instrumentos financeiros derivativos	10	4.011	28.408
Ativos financeiros mantidos até o vencimento			138.009	Receita diferida	16	123	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	16.011	18.542			4.134	28.408
Instrumentos financeiros derivativos	10	194	77	<b>Total do passivo</b>		<b>1.152.863</b>	<b>1.049.296</b>
Depósitos judiciais		5		<b>Patrimônio líquido</b>			
Adiantamentos a fornecedores	11	9.645	16.416	Capital social	17 (b)	102.886	93.722
Investimentos	13	4.369		Reserva de capital		(3.714)	(11.869)
Imobilizado		2.530	1.381	Reserva de lucros		87.713	21.496
Intangível	14	56.965	40.807	Ajuste de avaliação patrimonial		(37.639)	(34.211)
		89.719	215.232	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>149.246</b>	<b>259.138</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.302.109</b>	<b>1.308.434</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.302.109</b>	<b>1.308.434</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de capital		Reserva de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva de capital	Remuneração baseada em ações	Reserva legal	Lucros retidos			
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	692.385	(23.322)	11.453	18.744	192.752	(34.211)	259.138	758.603
Lucro líquido do exercício							274.246	274.246
Hedge de fluxo de caixa						(53.515)		(53.515)
Hedge de fluxo de caixa realizado						1.680		1.680
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos						17.624		17.624
<b>Total do resultado abrangente</b>						<b>(34.211)</b>	<b>274.246</b>	<b>240.035</b>
Redução do capital social – AGE (i) 18/03/2011, efetivada em 22/06/2011	(600.014)							(600.014)
Aumento de capital social – RCA (ii) 10/10/2011	1.351							1.351
Plano de remuneração baseado em ações			9.915					9.915
Destinação dos Lucros Retidos:								
Pagamento de JCP(iii) – RCA 20/12/2010, efetivado em 07/01/2010					(16.936)			(16.936)
Pagamento de dividendos - RCA 01/03/2011					(65.147)			(65.147)
Destinação do lucro do exercício:								
Constituição de reserva legal				12.825			(12.825)	
Dividendo mínimo obrigatório								
JCP antecipado – RCA 20/12/2011 – R\$ 0,11636/ação					(22.092)		(22.092)	
Dividendos propostos a pagar – R\$ 0,28863/ação					(46.577)		(46.577)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir					(192.752)		(192.752)	
<b>Total da contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas</b>	<b>(598.663)</b>		<b>9.915</b>	<b>18.285</b>	<b>110.669</b>	<b>(34.211)</b>	<b>(274.246)</b>	<b>(739.500)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>93.722</b>	<b>(23.322)</b>	<b>11.453</b>	<b>18.744</b>	<b>192.752</b>	<b>(34.211)</b>	<b>259.138</b>	<b>758.603</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>93.722</b>	<b>(23.322)</b>	<b>11.453</b>	<b>18.744</b>	<b>192.752</b>	<b>(34.211)</b>	<b>259.138</b>	<b>758.603</b>
Lucro líquido do exercício							224.305	224.305
Hedge de fluxo de caixa						(298)		(298)
Hedge de fluxo de caixa realizado						(4.896)		(4.896)
Imposto de renda e Contribuição Social Diferidos						1.766		1.766
<b>Total do Resultado Abrangente</b>						<b>(3.428)</b>	<b>224.305</b>	<b>220.877</b>
Aumento de capital (Nota 17 (b))	9.164							9.164
Plano de remuneração baseado em ações			8.155					8.155
Pagamento de dividendos – RCA 09/02/2012, efetivado em 23/02/2012					(192.752)			(192.752)
Destinação dos lucros do exercício:								
Constituição de reserva legal				1.833			(1.833)	
Pagamento de dividendos conforme RCA de 7/11/2012, efetivado em 19/11/2012 – R\$ 0,99601/ação					(146.810)		(146.810)	
Pagamento de JCP conforme RCA de 7/11/2012, efetivado em 19/11/2012 – R\$ 0,05265/ação					(8.526)		(8.526)	
Constituição de reserva de lucros a distribuir					(67.136)		(67.136)	
<b>Total da contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas</b>	<b>9.164</b>		<b>8.155</b>	<b>1.833</b>	<b>(125.616)</b>	<b>(37.639)</b>	<b>(330.769)</b>	<b>(330.769)</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>102.886</b>	<b>(23.322)</b>	<b>19.608</b>	<b>20.577</b>	<b>67.136</b>	<b>(37.639)</b>	<b>149.246</b>	<b>758.603</b>

(i) AGE – Assembleia Geral Extraordinária; (ii) JCP – Juros Sobre Capital Próprio; (iii) RCA – Reunião do Conselho de Administração. As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional**  
A Multiplus S.A. ("Multiplus" ou "Companhia") é uma sociedade domiciliada no Brasil na Av. Nações Unidas nº 12.901 - 21º Andar, Torre Norte, Brooklin, São Paulo, SP, constituída em 6 de agosto de 2009, que tem como objeto social o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes, a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização de clientes, a criação de bancos de dados de pessoas físicas e jurídicas, a obtenção e processamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo, a representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e exportação, além da aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, à consecução das atividades anteriormente descritas. Multiplus é uma companhia aberta no âmbito do "Novo Mercado" da BM&FBOVESPA desde 3 de fevereiro de 2010, tendo efetuado uma oferta Pública de Ações em 5 de fevereiro de 2010, com a captação de recursos no montante de R\$ 692.385, mediante a subscrição e integralização de 43.274.000 ações ordinárias ao preço de emissão de R\$ 16,00 por ação. Desse montante, foram deduzidos os custos no montante de R\$ 35.336 que líquido dos efeitos tributários de R\$ 12.014, totalizou R\$ 23.322. Conforme deliberado pelas Reuniões do Conselho de Administração de 4 de fevereiro de 2010 e de 1º de março de 2010, todos os recursos captados foram destinados ao capital social. A Companhia negocia suas ações sob a sigla MPLU3. A Companhia resultou de uma reestruturação societária iniciada pela sua controladora TAM S.A. ("TAM"), mediante a segregação e transferência da totalidade do negócio de fidelização de clientes da TAM Linhas Aéreas S.A. ("TLA") para uma entidade independente, com o objetivo de conferir maior racionalização nas estruturas operacional, administrativa e financeira do negócio de fidelização de clientes da TLA, bem como obter maior eficiência, rentabilidade e independência. A partir de 1º de janeiro de 2010, a Companhia assumiu a gestão operacional exclusiva do Programa TAM Fidelidade. A principal fonte de receita da Companhia advém da emissão de pontos Multiplus para os parceiros comerciais, incluindo a TLA, os quais, por sua vez, oferecem esses pontos aos seus participantes para que sejam resgatados por prêmios. Nesse âmbito, a Companhia permite que os seus participantes acumulem pontos Multiplus ao realizarem suas compras e os resgatam por prêmios por meio dos programas dos parceiros comerciais de coalizão. Além da venda de pontos, a Companhia também oferece o gerenciamento de programas de fidelização para parceiros comerciais. Atualmente, de acordo com o Contrato Operacional firmado com esse objetivo, Multiplus presta esse serviço à TLA, que consiste, basicamente, na operação do Programa TAM Fidelidade. Esse contrato possui prazo de vigência de 15 anos, podendo ser prorrogado por períodos adicionais de cinco anos, e estabelece, entre outras coisas, os honorários mensais devidos pela TLA por este serviço. A rescisão do contrato por qualquer motivo não prevê ônus, multa ou penalidade, salvo o ressarcimento dos investimentos efetivamente realizados e não amortizados feitos para o cumprimento do Contrato Operacional. A Companhia adota um modelo de negócio que difere das coalizões tradicionais, pois é flexível e se origina da junção dos benefícios dos dois modelos existentes: coalizões e programas individuais. Ao invés de substituir os programas dos parceiros, a Companhia os conecta em uma rede mais abrangente. Desta forma, a Companhia não compete, mas coopera com os programas de fidelização de seus parceiros comerciais, dando a estes alternativas de resgates de alta atratividade, ao mesmo tempo em que permite aos parceiros comerciais continuar o relacionamento com seus consumidores. A lista de parceiros comerciais da Companhia inclui importantes empresas de vários setores da economia, como postos de combustível, livrarias, cartões de crédito, bancos, hotéis entre outros. Ao contrário dos programas de fidelização individuais tradicionais, por meio de uma conta Multiplus é permitido que os participantes dos programas de fidelização dos parceiros comerciais decidam se transferirão seus pontos entre os diversos programas de fidelização que compõem a rede Multiplus ou se concentrarão os pontos acumulados de diferentes programas de fidelização em uma única conta Multiplus. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2013.

**1.1. LATAM Airlines Group S.A.**  
Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de junho de 2012 pela TAM, as companhias TAM S.A. e LAN Airlines S.A. ("LAN") informaram que foi concluída com êxito a Oferta Pública de Permuta de Ações para o Cancelamento de Registro de Companhia Aberta da TAM S.A. e que se tornou eficaz o acordo de acionistas celebrado em 25 de janeiro de 2012 entre TAM, LAN, TEP Chile S.A. e Hóldes I S.A. Desta forma, LAN e TAM concluíram em 22 de junho de 2012 seu processo de união, dando origem à LATAM Airlines Group S.A. ("LATAM"). TAM S.A. é controladora da Companhia com 72,87% de participação. A união ora mencionada não altera os termos do Contrato Operacional firmado em 10 de dezembro de 2009 com validade de 15 anos que estabelece os termos e condições que regem o relacionamento entre a Companhia e a TLA (Nota 9).

**1.2. Prisma Fidelidade S.A.**  
Multiplus controla em conjunto com a AIMIA Nuovo UK LLP ("AIMIA") a empresa Companhia Brasileira de Serviços de Fidelização S.A. ("CBSF") constituída em 2 de abril de 2012 e efetivação em 29 de junho de 2012, e que teve sua razão social alterada para Prisma Fidelidade S.A. ("Prisma"), cujo objeto social é a prestação de serviços diversos e desenvolvimento de programas relacionados a programas de fidelidade/relacionamento com clientes e programas de incentivos à cadeia de vendas para

### DESEMPENHO FINANCEIRO

Faturamento da venda de pontos

(Em R\$ mil)	2011	2012	vs 2011
<b>Faturamento da venda de pontos</b>	<b>1.525</b>	<b>1.871</b>	<b>22,7%</b>
TAM Linhas Aéreas – TLA	338	227	-33,0%
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	1.187	1.644	38,5%

**Faturamento da venda de pontos:** R\$1.871 milhões, com crescimento de 22,7% sobre 2011, principalmente devido ao crescimento de 38,5% registrado no faturamento da venda de pontos para bancos, varejo, indústria e serviços.

### Demonstração de Resultado

(Em R\$ mil)	2011	2012	vs 2011
<b>Demonstração do resultado</b>			
<b>Receita líquida</b>	<b>1.247</b>	<b>1.476</b>	<b>18,4%</b>
Total dos custos dos serviços prestados	(842)	(1.092)	29,7%
Total das despesas operacionais	(94)	(146)	55,3%
Total dos custos e despesas operacionais	(937)	(1.238)	32,1%
Lucro operacional	310	238	(23,2%)
Despesas/receita financeira	102	87	(14,7%)
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa	(7)	17	342,9%
Resultado de equivalência patrimonial	0	(2)	N.A.
Lucro antes do IR e CS	405	340	(16,1%)
Imposto de renda e Contribuição social	(131)	(116)	(11,5%)
Lucro líquido no exercício	274	224	(18,2%)

**Receita de serviços e pontos resgatados:** R\$1.476 milhões, comparado a R\$1.247 milhões em 2011, devido, principalmente, ao crescimento do volume de pontos resgatados.

**Custos dos serviços e resgate de pontos:** R\$1.092 milhões, comparado a R\$842 milhões em 2011, resultante do aumento da quantidade de resgates dos pontos Multiplus disponíveis.

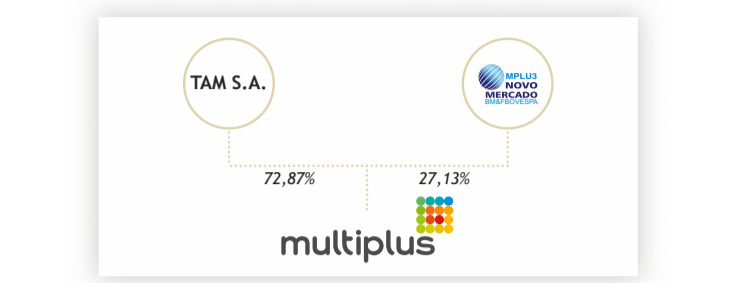
**Despesas Operacionais:** R\$146 milhões, comparados a R\$94 milhões em 2011, decorrente, em especial, do aumento do quadro de funcionários e do aumento das despesas com assessorias e consultorias, principalmente as relacionadas com a área de TI.

**Resultado financeiro:** R\$104 milhões, comparados a R\$95 milhões em 2011, principalmente devido aos juros sobre as aplicações financeiras da caixa da Multiplus, líquidos de outras despesas financeiras, tais como juros passivos, impostos sobre as operações financeiras e hedge accounting.

**Lucro líquido:** R\$224 milhões, comparado a R\$274 milhões em 2011, sensibilizado pela valorização cambial e pelo estorno de provisão da receita de breakage.

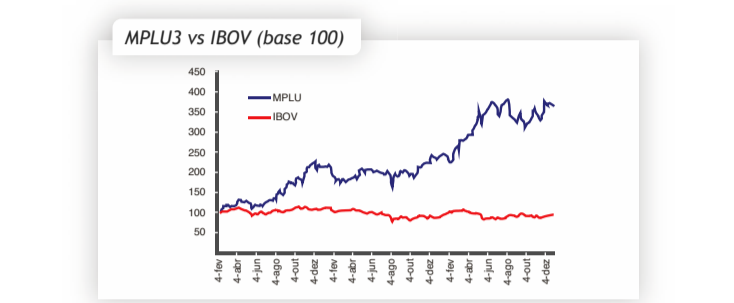
### MERCADO DE CAPITAIS

Estrutura Societária  
A estrutura societária da Multiplus é a seguinte:



### Desempenho das Ações

Em 31 de dezembro de 2012, as ações MPLU3 estavam cotadas a R\$47,72, representando uma valorização de 265,3% desde o início da oferta de ações e um valor de mercado de R\$7,7 bilhões. Em 2012, a variação foi de +55,4% comparada à valorização de 7,4% do índice Ibovespa (IBOV), e o volume médio diário de negociação foi de, aproximadamente, R\$ 16,7 milhões.



### Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2012	2011
Receita líquida	19	1.476.014	1.246.812
Custos dos serviços e resgates de pontos	20	(1.092.431)	(842.068)
<b>Lucro bruto</b>		<b>383.583</b>	<b>404.744</b>
Vendas	20	(41.062)	(32.371)
Gerais e administrativas	20	(104.914)	(62.124)
<b>Lucro operacional</b>		<b>337.607</b>	<b>310.249</b>
Receitas financeiras	22	89.073	102.022
Despesas financeiras	22	(1.869)	(305)
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa	22	17.647	(6.584)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>104.851</b>	<b>95.133</b>
Resultado de equivalência patrimonial em joint venture	13	(2.203)	
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>340.255</b>	<b>405.382</b>
Imposto de renda e contribuição social	12 (a)	(115.950)	(131.136)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>224.305</b>	<b>274.246</b>
<b>Lucro líquido por ação – em R\$</b>			
Básico	23	1,38860	1,70010
Diluído	23	1,38166	1,69170

### Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os critérios utilizados para determinar se há uma evidência objetiva de uma redução ao valor podem incluir:  
• Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte; ou  
• Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; ou  
• A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relacionadas com a dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; ou  
• Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; ou  
• Extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros; ou  
• Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:  
• mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;  
• condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, aqueles que na avaliação individual não representam redução ao valor recuperável podem, subsequentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada pela Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

#### 2.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividade de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são subsequentemente remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedger*) nos casos de adoção da contabilidade de *hedger* (*hedger accounting*). A Companhia adota o *hedger accounting* e designa certos derivativos como instrumento de *hedger* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedger* de fluxo de caixa) (Nota 10).

A necessidade da adoção do *hedger accounting* leva em conta o fato de que o faturamento da Companhia está parcialmente ligado ao dólar norte-americano e o reconhecimento da receita é feito em relação à curva de resgate de pontos, havendo um descaimento entre o momento do acúmulo (faturamento e reconhecimento da receita diferida) dos pontos e o seu efetivo resgate (reconhecimento da receita na demonstração do resultado). Desta forma, o *hedger accounting* tem como principal objetivo a compatibilização temporal entre o efeito das operações de *hedger* e sua contabilização, aproximando de forma expressiva o resultado contábil do resultado econômico. Adicionalmente, em uma relação de *hedger* altamente efetiva, espera-se minimizar o impacto da variação do valor justo dos derivativos na linha de resultados financeiros da Companhia.

A Companhia considera os fluxos de caixa oriundos de vendas futuras de pontos como operações altamente prováveis, e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial associados a estas vendas como *hedger* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada período como ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando as transações forem elegíveis e caracterizadas como um *hedger* efetivo, na modalidade de fluxo de caixa. Eventuais inefetividades calculadas serão registradas como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período. O ganho ou perda relacionado com a porção ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado dentro do resultado financeiro.

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de proteção (*hedger*) e os itens protegidos, explicitando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedger*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, os cálculos e/ou avaliações demonstrando que as operações de *hedger* são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.  
No *hedger* de fluxo de caixa, a Companhia prorroga a variação de suas receitas proveniente das variações de taxa de câmbio no momento do faturamento e contabiliza as variações do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos. A parcela efetiva das variações de valor justo designada e qualificada como *hedger*, nesta modalidade, é registrada contabilmente no patrimônio líquido (em resultados abrangentes) e a parcela inefetiva e o valor temporal que não faz parte da relação de cobertura é registrada no resultado financeiro. A parcela efetiva lançada no patrimônio líquido em resultados abrangentes somente será transferida para o resultado do período, em conta de resultado apropriada para o item protegido (receita), quando o item protegido for efetivamente realizado. Todo ganho ou perda acumulado existente permanecerá registrado no patrimônio líquido até que a operação prevista seja realizada (ou prescreva) e seja finalmente reconhecida no resultado operacional. Entretanto, quando um item objeto de *hedger* não for realizado ou quando um *hedger* não atender mais aos critérios de contabilização de *hedger*, todo o ganho ou perda acumulado existente será removido do Patrimônio Líquido, transitando pela linha de resultado financeiro.

A Companhia utiliza *zero cost collar*, *swaps* e *forwards* como instrumentos de *hedger* e seus respectivos cálculos de valor justo são realizados com base em metodologias amplamente aceitas pelo mercado como o modelo de *Black-Scholes* para opções, e o fluxo de caixa descontado para *swaps* e *forwards*. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço do ativo-objeto
- Preço de exercício
- Volatilidade de preço do ativo-objeto
- Taxa de juros livre de risco
- Tempo de duração
- Taxa de juros de moeda estrangeira

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida. O cálculo do valor justo é realizado por consultoria externa com o objetivo de obter dados através de fonte externa e isenta à Companhia e utiliza como base de informação e cotação a BM&FBovespa e Banco Central do Brasil.

A Companhia não classifica nenhuma operação de derivativos como *hedger* de valor justo ou investimento líquido.

#### 2.8. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de pontos no curso normal das atividades da Companhia. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou maior, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as contas a receber pelo montante original de venda. Uma provisão para perdas na realização dessas contas a receber (provisão para créditos de liquidação duvidosa) é reconhecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores a receber vencidos por mais de 180 dias, exceto para casos de renegociações e entre partes relacionadas. O total da provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor contábil e o valor recuperável (Nota 8).

#### 2.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.  
A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço no país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação, estabelece provisões, quando apropriadas com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

As alíquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente (Nota 12).

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos desde que seja provável que o lucro tributável futuro seja suficiente para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, calculada em base em projeções de rendimentos e fundadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. Considerando que tais projeções podem, em virtude disso, sofrer alterações, a administração as revisa periodicamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estes estejam sob fiscalização e administração de uma mesma autoridade fiscal. Desta forma, os tributos diferidos ativos e passivos administrados e fiscalizados por diferentes autoridades fiscais ou exigíveis em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelos seus valores líquidos.

#### 2.10. Investimentos em conjunto ("joint venture")

(a) **Controladas em conjunto** ("joint venture")  
Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia em entidades controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado (Nota 13). Quando a participação da Companhia nas perdas de *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigação ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

#### 2.11. Ativo intangível

##### (a) Software e projetos de TI

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante o ciclo de vida estimado dos *softwares* de três a dez anos.  
Custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, na medida em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.

Controladas em conjunto são o desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

As despesas relacionadas com a manutenção de *software* são reconhecidas quando incorridas.

**2.12. Redução ao valor recuperável de ativos não circulante ("impairment")**  
Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo montante correspondente à diferença entre o valor contábil do ativo e o seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo reduzido dos custos de venda e o valor em uso.

#### 2.13. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal de negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidas ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria das contas a pagar a fornecedores, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

#### 2.14. Receita diferida

As contas de receita diferida abrangem a receita relacionada ao Programa Multiplus (Nota 2.20). São avaliadas pelo seu valor justo no momento inicial, em contrapartida às contas a receber e reconhecidas no resultado na medida em que os pontos do Multiplus são resgatados.

#### 2.15. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Multiplus ao final do exercício. As demonstrações financeiras refletem os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social da Companhia, equivalentes a 25% do lucro contábil e antecipações aprovadas pelo Conselho de Administração. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que sua distribuição é aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária ou Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

#### 2.16. Benefícios a empregados

##### (a) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação nos lucros e determinados indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

##### (b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações da Companhia, segundo os quais a entidade recebe os serviços como contraprestações por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 18.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser aten-

didas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas de quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

#### 2.17. Custos de transação

Os custos de transação relacionados à abertura do capital da Companhia foram contabilizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 08 – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, reduzindo o valor inicial dos recursos captados, deduzidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

#### 2.18. Capital social

O capital social é formado por ações ordinárias e está classificado no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações e opções são demonstrados no patrimônio líquido como dedução do valor captado, líquido de efeitos tributários.

#### 2.19. Provisões

A Companhia reconhece provisões para despesas ou obrigações quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos e contribuições, e que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.  
Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma obrigação são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido, mas somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

#### 2.20. Reconhecimento da receita

O faturamento de pontos Multiplus, decorrente da venda aos parceiros comerciais, é contabilizado como receita diferida no momento da emissão dos pontos. Na medida em que os pontos da Multiplus são resgatados, o faturamento é reconhecido na demonstração do resultado como receita bruta. Desta forma, a receita bruta na demonstração do resultado é composta pelo valor dos pontos resgatados e pelo valor dos pontos que se estima não serão resgatados (*breakage*) (Nota 3(a)).

**2.21. Reconhecimento de custos e despesas operacionais**  
Os principais custos da Multiplus estão relacionados aos pontos resgatados (incluindo os pontos prêmios distribuídos), especialmente passagens-prêmio. As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, centro de serviços compartilhados, sistemas de informação, *call center*, jurídicas, *marketing* e outras (Nota 20).

#### 2.22. Reconhecimento de receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício (Nota 22).

#### 2.23. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com o relatório financeiro consolidado do ativo ou passivo de balanço patrimonial. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Diretor Presidente. Devido à base de custos essencialmente fixos das operações da Multiplus, embora o tomador de decisões avalie todo o período apresentado sobre receitas em diversos níveis, o desempenho da Multiplus é avaliado como um todo, e conclui-se que existe somente um segmento operacional.

#### 2.24. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Diversas normas, emendas à normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. É esperado que nenhum desses novos *standards* tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras da Companhia exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments*, o qual é mandatório a partir de 1º de janeiro de 2015 e pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pela Companhia. A Companhia não espera adotar esse *standard* antecipadamente e o impacto de sua adoção ainda não foi mensurado.  
O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.  
As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2012.

• IFRS 9 - Instrumentos financeiros: aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração relacionados à classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas no IAS 39. A principal mudança é a de que os casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração do resultado, exceto quando resultar em descaimento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9.

• IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas: substitui a atual IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas e a SIC 12 Consolidação – Entidades de propósito específico. Altera a definição de controle para que os mesmos critérios sejam aplicados em todas as entidades para se ter controle. Exclui orientação dos requisitos dos serviços passados no resultado e a substituição de IFRS 11 – Negócios em conjunto: substitui as atuais normas e interpretações sobre o tema (IAS 31 Participações em empreendimentos em conjunto). Reduz os tipos de negócios em conjunto a dois: operações conjuntas (*joint operations*) e negócios em conjunto (*joint ventures*) e elimina a escolha da política contábil de consolidação proporcional para entidades controladas em conjunto e passa a ser obrigatória a utilização da equivalência patrimonial para os participantes em *joint venture*. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi incluída como alteração ao texto do CPC 19 (R1) – Negócios em Conjunto. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia, visto que os investimentos registrados já são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

• IFRS 12 - Divulgação de informações sobre entidades: substitui os requisitos de divulgação atualmente encontrados no IAS 28 Investimentos em coligadas. Estabelece as divulgações exigidas para entidades que reportam as IFRS 10 e IFRS 11 e requer que as entidades divulguem informações que ajudem os usuários das demonstrações financeiras a avaliar a natureza, os riscos e efeitos financeiros associados às participações em subsidiárias, coligadas, controladas em conjunto e entidades/estruturas não consolidadas. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi considerada em um novo pronunciamento CPC 45 – Divulgação de Participações em Outras Entidades. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.

• IFRS 13 – Mensuração pelo valor justo: explica como mensurar o valor justo e objetiva melhorar as divulgações de valor justo. É aplicável quando uma norma exige ou permite a mensuração ou divulgação de valor justo e tem como principal ponto a divulgação correta da classificação por nível (níveis 1, 2 e 3) de uma entidade. O risco é o valor justo. A norma foi emitida em junho de 2011 e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma foi considerada em um novo pronunciamento CPC 46 – Mensuração do Valor Justo. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.

• IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras: as alterações requerem que as empresas separem itens apresentados em outros resultados abrangentes em dois grupos, considerando se os itens serão realizados contra o resultado ou não em um momento futuro. As empresas que apresentem os itens de outros resultados abrangentes antes dos impostos deverão apresentar o total dos impostos em separado para esses dois grupos. A alteração é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Esta norma não traz impactos para Companhia.

• IAS 19 – Benefícios a empregados: as alterações referem-se a eliminação da abordagem por *corredor*, o reconhecimento dos ganhos e perdas materiais em outros resultados abrangentes conforme o método de amortização gradual dos custos dos serviços passados no resultado e a substituição do custo de participação e retorno esperado sobre os ativos do plano por um montante de participação líquida, calculado através da aplicação da taxa de desconto ao ativo (passivo) do benefício definido líquido. A norma foi alterada em junho de 2011 e é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa alteração foi incluída no texto do pronunciamento CPC 33(R1) – Benefícios a empregados. A aplicação desta norma não traz impactos para Companhia.

#### 3. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os CPC e os IFRS exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. As estimativas contábeis, por definição não são iguais aos correspondentes resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajuste relevante no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas a seguir:  
(a) **Estimativa de pontos emitidos e não utilizados até o vencimento – Breakage**  
Os pontos vendidos pela Multiplus têm sua receita reconhecida somente quando são resgatados. Entretanto, uma vez que cada ponto emitido tem validade de dois anos, alguns expiram antes do resgate. Essa situação é conhecida como *breakage* e gera uma receita livre de custo. No fim de cada mês, a Companhia faz uma provisão do montante equivalente à receita esperada de *breakage* (denominado *passivo de breakage*) e promove um reconhecimento gradual dessa receita na demonstração do resultado.

O *passivo de breakage* é calculado com base na média de 12 meses do percentual de pontos emitidos e não utilizados até o vencimento, aplicada sobre o faturamento de pontos. O reconhecimento gradual da receita de *breakage* é realizado de acordo com a média de 12 meses do percentual de realização dos resgates, ou seja, pelo percentual de pontos acumulados e resgatados no período, aplicado sobre o passivo calculado na forma acima e limitado ao saldo registrado.

#### 4. Gestão de riscos

##### 4.1. Gestão de risco financeiro

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes à atividade operacional (risco comercial) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

A Companhia também está sujeita à Política de Riscos Financeiros formalizada pela sua controladora, TAM S.A., que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações de proteção. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia em conjunto com o Comitê de Riscos da Controladora que tem, entre outras atribuições:

- Decidir sobre o aumento dos níveis percentuais de proteção, dentro dos limites estabelecidos na Política de Riscos Financeiros, baseado em questões estratégicas e monitorar o comparativo entre os cenários orçados e de mercado.
- Gerenciar e administrar a exposição de riscos.
- Monitorar o cumprimento da política de risco.
- Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos.
- Monitorar o desempenho das operações com instrumentos financeiros derivativos.

Cabe ao Departamento de Tesouraria, entre outras atividades, planejar e implementar as decisões do Comitê de Riscos, certificar-se de que as operações de *hedger* foram contratadas em conformidade com os parâmetros do mercado e informar o Comitê de Riscos sobre desvios à Política. Tais derivativos, quando contratados, são usados de acordo com as políticas da Companhia, considerando a liquidez, o impacto sobre os resultados e a análise de custo/benefício de cada posição tomada. O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas de mercado.  
A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger entre 25% e 100% os fluxos de caixa previstos em dólar pelos 12 meses subsequentes, sendo revisada periodicamente pelo Comitê de Risco. Aproximadamente, 100% das vendas futuras de pontos projetadas em dólar se qualificam como transações previstas "altamente prováveis" para fins de contabilização de *hedger*.

A Companhia não opera e não negocia instrumentos financeiros derivativos ou fins especulativos.

##### (a) Riscos de mercado

##### (i) Risco cambial

A Companhia está exposta a risco cambial em decorrência de suas atividades comerciais normais, visto que a maior parte dos contratos de venda de pontos com as instituições financeiras são referenciados em dólares americanos. As variações na taxa de câmbio R\$/US\$ podem afetar o seu fluxo de caixa, faturamentos futuros e resultado (pelo reconhecimento da receita se dar no momento do resgate (risco de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes à atividade operacional (risco comercial) e aqueles oriundos do risco de liquidez.

A Companhia também está sujeita à Política de Riscos Financeiros formalizada pela sua controladora, TAM S.A., que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações de proteção. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia em conjunto com o Comitê de Riscos da Controladora que tem, entre outras atribuições:

- Decidir sobre o aumento dos níveis percentuais de proteção, dentro dos limites estabelecidos na Política de Riscos Financeiros, baseado em questões estratégicas e monitorar o comparativo entre os cenários orçados e de mercado.
- Gerenciar e administrar a exposição de riscos.
- Monitorar o cumprimento da política de risco.
- Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos.
- Monitorar o desempenho das operações com instrumentos financeiros derivativos.

Cabe ao Departamento de Tesouraria, entre outras atividades, planejar e implementar as decisões do Comitê de Riscos, certificar-se de que as operações de *hedger* foram contratadas em conformidade com os parâmetros do mercado e informar o Comitê de Riscos sobre desvios à Política. Tais derivativos, quando contratados, são usados de acordo com as políticas da Companhia, considerando a liquidez, o impacto sobre os resultados e a análise de custo/benefício de cada posição tomada. O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas de mercado.  
A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger entre 25% e 100% os fluxos de caixa previstos em dólar pelos 12 meses subsequentes, sendo revisada periodicamente pelo Comitê de Risco. Aproximadamente, 100% das vendas futuras de pontos projetadas em dólar se qualificam como transações previstas "altamente prováveis" para fins de contabilização de *hedger*.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impairment* é avaliada mediante referência às classificações externas do crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Os *ratings* são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela abaixo unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

Tipo de Aplicação	Liquidez	Alocação Máxima	Alocação Mínima	Valor (R\$) 2012
Fundo de investimento exclusivo	Imediata	100%	50%	849.870
CDB / Letra Financeira (- AA- ou melhor)...	Máximo 4 anos	50%	0%	150.426
• Participação por classe de ativos:				

Participação no Patrimônio Líquido				
CDI				45,54%
Selic				27,68%
Caixa				14,33%
Pré				8,01%
IPCA				3,74%
Colas de Fundos				0,67%
Dólar				0,03%
• Por título:				

Participação no Patrimônio Líquido				
Tít. Pub. Renda Fixa				58,02%
Tít. Priv. Renda Fixa				41,29%
FIDCs				0,69%
• Participação por produto:				

Participação no Patrimônio Líquido				
Letras financeiras (CDI)				31,84%
Letras financeiras do Tesouro				28,36%
Caixa / Operações compromissadas				14,69%
Letras do Tesouro Nacional				9,06%
CDB (CDI)				5,11%
Debêntures				3,94%
Notas do Tesouro Nacional – Série B				3,84%
Notas do Tesouro Nacional – Série F				2,47%
FIDC				0,69%
• Por rating:				

Participação no Patrimônio Líquido				
AAA				30,03%
AA				9,66%
A				2,26%
Títulos Públicos				58,05%

##### (c) Risco de liquidez

A operação da Companhia, que em seu curso normal vende os pontos de programas de fidelidade antes de serem resgatados pelos participantes, tem caráter positivo em termos de geração de caixa, minimizando seu risco de liquidez. A Companhia investe seu caixa excedente em fundos de investimentos restritos e títulos bancários, respeitando a Política de Aplicações Financeiras, que determina alocações máximas e mínimas por tipo de aplicações de prazos, abaixo demonstrada, sendo que exceções devem ser aprovadas pelo Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia. Os *ratings* são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nível 1	Nível 2	2011 Total
<b>Ativos financeiros mensurados ao valor justo</b>			
Fundo de investimento restrito (i) .....	769.814		769.814
Letras financeiras .....	27.128		27.128
Certificado de depósito bancário ("CDB") .....	83.593		83.593
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>880.535</b>		<b>880.535</b>
<b>Ativos financeiros derivativos</b>			
Derivativo de câmbio – Collar .....		2.542	2.542
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>2.542</b>	<b>2.542</b>
<b>Passivos financeiros derivativos</b>			
Derivativo de câmbio – Collar .....		48.897	48.897
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>48.897</b>	<b>48.897</b>

(i) Refere-se a títulos públicos, privados e CDBs.  
A rentabilidade média do ano foi de 8,74% a.a. (2011 – 12,1% a.a.), composto por títulos públicos, privados e operações compromissadas.  
O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercado ativo é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronto e regularmente disponíveis, a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de investidores, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e compreendem os Fundos de Investimento Exclusivos e Certificados de Depósito Bancário - CDB, sendo que cada um desses fundos tem uma política clara de investimentos, com limites de concentração de risco nos correspondentes investimentos.  
A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:  
• (1) Títulos públicos – referem-se a títulos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado.  
• (2) Títulos privados – referem-se, normalmente, a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.  
• (3) Certificados de depósito e outros depósitos – valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.  
• (4) Instrumentos financeiros derivativos – usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, mas em mercado de balcão (*over-the-counter*). A Companhia estima o valor justo usando a técnica do modelo *Black & Scholes*. Esse modelo é amplamente aceito no mercado e reflete os termos contratuais do derivativo. Esse modelo não possui um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas no modelo não admitem arbitrariedade e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.  
Os fatores que influenciam o preço das opções são: preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade de preço do ativo-objeto, taxa de juros livre de risco, tempo de duração e taxa de juros em moeda estrangeira. Para os cálculos, utilizam-se como fonte de dados as informações divulgadas pela BM&FBOVESPA e Banco Central do Brasil.

### 4.6. Gestão de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações.  
A administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estrutura do capital da Companhia é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total do passivo líquido o montante de receita diferida. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com o endividamento líquido.  
A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente.  
Os índices de alavancagem são demonstrados a seguir:

	2012	2011
<b>Em 31 de dezembro</b>		
Total do passivo .....	1.152.863	1.049.296
(-) Receita diferida .....	(1.025.952)	(794.297)
Endividamento líquido (1) .....	126.911	254.999
Total patrimônio líquido .....	149.246	259.138
Total do capital (2) .....	276.157	514.137
Índice de alavancagem financeira (1)/(2) .....	46,0%	49,6%

A redução no índice de alavancagem financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 resultou dos seguintes fatores: (i) O endividamento líquido diminuiu R\$ 128.088, decorrente: a) da redução do seu contas a pagar com a TAM Linhas Aéreas; b) pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio referente ao resultado de 2011; c) do aumento da receita diferida; (ii) o total do patrimônio líquido também apresentou redução de R\$ 109.892 decorrente da antecipação de dividendos e juros sobre capital próprio referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e da contabilização de transações com derivativos *per hedge accounting*.

### 5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Derivativos usados para proteção para hedge	Total
<b>Ativos conforme balanço patrimonial</b>					
Caixa e equivalente de caixa .....	39.811				39.811
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado .....		849.870			849.870
Ativos financeiros mantidos até o vencimento .....			150.426		150.426
Contas a receber .....	138.430				138.430
Instrumentos financeiros derivativos .....				194	194
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>178.241</b>	<b>849.870</b>	<b>150.426</b>	<b>194</b>	<b>1.178.731</b>

	Passivos mensurados ao custo amortizado	Derivativos usados para proteção hedge	Total
<b>Passivos conforme balanço patrimonial</b>			
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais .....	59.824		59.824
Instrumentos financeiros derivativos .....		31.314	31.314
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>59.824</b>	<b>31.314</b>	<b>91.138</b>

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Derivativos usados para proteção hedge	Total
<b>Ativos conforme balanço patrimonial</b>					
Caixa e equivalente de caixa .....	9.186				9.186
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado .....		880.535			880.535
Contas a receber .....	147.449				147.449
Instrumentos financeiros derivativos .....				2.542	2.542
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>156.635</b>	<b>880.535</b>		<b>2.542</b>	<b>1.039.712</b>

	Passivos mensurados ao custo amortizado	Derivativos usados para proteção hedge	Total
<b>Passivos conforme balanço patrimonial</b>			
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais .....	114.884		114.884
Instrumentos financeiros derivativos .....		48.897	48.897
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>114.884</b>	<b>48.897</b>	<b>163.781</b>

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Caixas e contas bancárias .....	39.811	9.186
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>39.811</b>	<b>9.186</b>

### 7. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

A Companhia possui recursos aplicados em "Letras Financeiras", que tem como principal característica a proibição de resgate, total ou parcial, antes do vencimento pactuado. A administração entende que este tipo de aplicação deve ser classificado como "Ativos Financeiros Mantidos Até o Vencimento". Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia apresenta um saldo de R\$ 150.426, registrado em sua totalidade no curto prazo (2011 – R\$ 138.009 registrado em sua totalidade no longo prazo).

### 8. Contas a receber

	2012	2011
Contas a receber de clientes .....	139.014	147.449
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa .....	(584)	(584)
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>138.430</b>	<b>147.449</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída a partir do primeiro trimestre de 2012. A totalidade das contas a receber é denominada em reais. A composição do saldo por vencimento é a seguinte:

	2012	2011
A vencer .....	133.567	141.470
Vencidos:		
Até 60 dias .....	4.513	5.092
De 61 a 90 dias .....	193	105
De 91 a 180 dias .....	157	271
De 181 a 360 dias .....	175	173
Há mais de 360 dias .....	409	338
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>139.014</b>	<b>147.449</b>

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2012 é o valor contábil de cada tipo de recebível acima mencionado.

### 9. Partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e a TLA, conforme sumarizados abaixo:

#### (a) Contrato operacional

Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos e condições que regem o relacionamento entre a Companhia e a TLA, no que se refere: (i) à transferência pela TLA à Companhia da gestão, administração e operação do Programa TAM Fidelidade ("Programa"); (ii) à continuidade do gozo, pelos clientes da TLA que participam do Programa, dos benefícios do Programa mediante o uso de pontos a ele concedidos; e (iii) ao resgate dos pontos pelos membros do Programa através da Rede Multiplus. A TLA pagou à Companhia o montante de R\$ 3.240 (2011 - R\$ 3.240), referente a esta prestação de serviço durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Estabeleceu, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e as suas respectivas remunerações.

#### (b) Contrato de serviços compartilhados

Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos, condições e remuneração a ser paga pela Companhia à TLA pela utilização de serviços administrativos (contábil, financeiro e jurídico). No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 7.626 (2011 – R\$ 7.626) para a TLA referente à utilização desses serviços administrativos.

#### (c) Compromisso de adiantamento de compra e venda de bilhetes aéreos

Firmado em 15 de janeiro de 2010, estabeleceu os termos, condições e remuneração que regeram a aquisição antecipada pela Companhia e a venda de passagens aéreas pela TAM, emitidas de tempos em tempos e utilizadas única e exclusivamente de modo a permitir que os membros da rede Multiplus realizassem o resgate de pontos em prestação de serviços de transporte aéreo, nos termos do Regulamento do Programa e conforme previsto no Contrato Operacional, não sendo permitido que tais recursos fossem utilizados com qualquer outra finalidade.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possui contratos de adiantamento a fornecedores para compra de passagens aéreas em aberto. O último contrato celebrado entre as partes foi assinado em outubro de 2012 no montante de R\$ 328 milhões.

#### 9.1. Saldos

	Prismah	TLA	TAM Viagens
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Ativo circulante			
Contas a receber .....		15.744	
Conta corrente .....	1.220		
Passivo circulante			
Fornecedores (ii) .....		28.162	
Receita diferida (iii) .....		214.700	681
		242.862	681

	BTG	TLA	TAM Viagens
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>			
Ativo circulante			
Certificado de depósito bancário (CDB) .....	27.324		
Contas a receber .....		15.547	
<i>Cobranded</i> (i) .....		39.425	
Instrumentos financeiros derivativos (iv) .....	864		
	28.188	54.972	

	BTG	TLA	TAM Viagens
Ativo não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos .....	7		
Passivo circulante			
Fornecedores (ii) .....	95.661		
Receita diferida (iii) .....	268.897	239	
Instrumentos financeiros derivativos (iv) .....	8.276		
	8.276	364.558	239

	BTG Pactual	TLA	TAM Viagens	Total
Passivo não circulante				
Instrumentos financeiros derivativos (iv) .....	7.779			7.779

Patrimônio líquido  
Hedge de fluxo de caixa (iv) .....

	BTG Pactual	TLA	TAM Viagens	Total
Hedge de fluxo de caixa (iv) .....	(14.639)			(14.639)
Hedge de fluxo de caixa – realizado (iv) .....	518			518
	(14.121)			(14.121)

(i) Saldo remanescente a receber da TLA referente ao repasse de recursos do contrato de *cobranded* (cartões de propriedade de instituições financeiras) e alianças com outras empresas aéreas, os quais foram faturados pela TLA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Esses recursos estão sendo repassados pela TLA à Multiplus na medida do seu recebimento pela TLA.

(ii) Refere-se à compra de passagens que a Multiplus realiza mensalmente junto à TLA.  
(iii) Saldo da receita diferida não apropriada, decorrente da venda de pontos Multiplus para a TLA e TAM Viagens.  
(iv) Operações contratadas com BTG Pactual. A partir de Julho de 2012, o BTG deixou de ser parte relacionada com a Multiplus, pois não tem mais representante no Conselho de Administração da Companhia.

### 9.2. Transações

As transações com partes relacionadas que afetaram os resultados estão assim representadas:

	TLA	TAM Viagens	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>			
Receita bruta de resgate de pontos (i) .....	209.471	207	209.678
Receita de <i>breakage</i> .....	87.870	100	87.970
Outras receitas (ii) .....	3.240		3.240
Custo de resgate de pontos (iii) .....	(1.092.156)	(589)	(1.092.745)
Despesas gerais e administrativas (iv) .....	(7.626)		(7.626)
Receitas financeiras (v) .....	2.115		2.115

	BTG Pactual	TLA	TAM Viagens	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>				
Receita bruta de resgate de pontos (i) .....	203.203	147	203.350	
Receita de <i>breakage</i> .....	95.045	92	95.137	
Receita bruta – <i>Mark-to-market</i> (vi) .....	1.400		1.400	
Outras receitas (ii) .....		3.240	3.240	
Custo de resgate de pontos (iii) .....	(912.867)	(712)	(913.579)	
Despesas gerais e administrativas (iv) .....	(7.626)		(7.626)	
Receitas financeiras (v) .....	2.324		2.324	
Despesas financeiras (vi) .....	(2.632)		(2.632)	

(i) Valor referente à venda de pontos Multiplus para a TLA e a TAM Viagens apropriada no período.  
(ii) Valor referente à remuneração pela gestão, administração e operação do Programa TAM Fidelidade, conforme previsto no Contrato Operacional.  
(iii) Valor bruto referente à compra de bilhetes aéreos e pacotes TAM Viagens como prêmio aos participantes, dado que na demonstração do resultado o custo é apresentado pelo valor líquido dos créditos de PIS e COFINS.  
(iv) Valor referente à remuneração paga à TLA pela prestação de serviços compartilhados, conforme Contrato de Serviços Compartilhados.  
(v) Valor referente ao adiantamento para compra de passagens aéreas.  
(vi) Valores referentes as operações de *hedge* e rendimentos de Certificados de Depósito Bancário com o BTG Pactual.

### 9.3. Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados e conselheiros está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Benefícios de curto prazo		
Honorários do conselho de administração .....	687	396
Salários e participações no resultado/bônus .....	4.199	2.890
Plano de pensão de contribuição definida .....	103	84
Impostos e contribuições sociais .....	867	495
	5.856	3.865
Remuneração baseada em ações .....	2.548	2.394
<b>Em 31 de dezembro</b>	<b>8.404</b>	<b>6.259</b>

Não há outros benefícios de longo prazo e pós-emprego às pessoas-chave da administração em 31 de dezembro de 2012.

### 10. Instrumentos financeiros derivativos

A distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é apresentada a seguir:

	Local de negociação	2012	2011
<b>Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard&amp;Poor's, Moody's ou Fitch)</b>			
AAA+, AA ou AA- .....	<i>Over the counter</i>	(4.538)	(24.956)
BBB ou BBB- .....	<i>Over the counter</i>	(26.582)	(21.399)
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>(31.120)</b>	<b>(46.355)</b>
Ativo circulante .....		2.465	
Ativo não circulante .....		194	77
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>194</b>	<b>2.542</b>
Passivo circulante .....		(27.303)	(20.489)
Passivo não circulante .....		(4.011)	(28.408)
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>(31.314)</b>	<b>(48.897)</b>

Patrimônio líquido  
Ajuste de avaliação patrimonial  
Hedge accounting .....

	Local de negociação	2012	2011
Hedge accounting - realizado .....	<i>Over the counter</i>	(53.813)	(53.515)
Imposto de renda e contribuição social diferidos .....	<i>Over the counter</i>	(3.216)	1.680
<b>Em 31 de dezembro</b>		<b>(37.639)</b>	<b>(34.211)</b>

(\*) Os *ratings* são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se for inferior a 12 meses.  
Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo das opções são segregados entre valor intrínseco e valor temporal. O valor intrínseco corresponde à parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e tem seu registro inicial em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, sendo reconhecido no resultado no mesmo momento em que a operação protegida se tornou realizada e ponderando a velocidade do resgate de pontos objeto do *hedge*. O valor temporal corresponde à parcela não efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e tem seu reconhecimento em conta específica no resultado financeiro da Companhia.  
A parcela inefetiva reconhecida no resultado decorrente de operações de *hedge* de fluxo de caixa proporcionou um ganho de R\$ 18.438 (2011 – zero) e uma perda de R\$ 791 (2011 – perda de R\$ 6.584) (Nota 22).

A Companhia acompanha a concentração de instrumentos financeiros em uma única contraparte. Políticas internas exigem a comunicação de concentrações excessivas ao Comitê de Riscos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2012, a concentração de *notional* de derivativos de câmbio estão concentrados em duas contrapartes, com *rating* BBB e BBB-. A Companhia considera esse risco de concentração aceitável. Não há valores dados em garantias para as operações contratadas.

A tabela a seguir apresenta o respectivo *notional* e o valor justo dos derivativos em aberto por vencimento. A data de vencimento do derivativo é também a data em que a venda altamente provável de pontos deverá ser faturada. As vendas altamente prováveis de pontos deverão ser reconhecidas no resultado depois de faturadas e a administração espera que elas sejam reconhecidas no resultado, em média, em até seis meses após o faturamento:

	2013	2014	2015	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
Valor <i>notional</i> – US\$ .....	(283.000)	(18.000)		(301.000)
Valor justo – R\$ .....	(30.002			

## Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### (g) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP")

Durante o exercício de 2012, a Companhia realizou os seguintes pagamentos e distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio:

- Em 9 de fevereiro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos referente ao saldo remanescente do resultado apurado durante o exercício de 2011, no montante de R\$ 239.329. O total pago de dividendos e juros sobre capital próprio no período foi de R\$ 258.107, líquido de impostos.
- Em 7 de novembro de 2012, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 146.810 e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 8.526 ou R\$ 7.317, líquido de impostos.

### 18. Plano de remuneração baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários. O quadro abaixo demonstra a movimentação incorrida no exercício de 2012:

	Número de opções em circulação	Preço médio de exercício
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b> .....	1.660.759	18,07
Canceladas.....	(6.196)	24,80
Exercidas.....	(77.285)	17,49
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b> .....	1.577.278	14,64
Outorgadas.....	440.563	31,41
Canceladas.....	(533.559)	15,82
Exercidas.....	(593.021)	15,48
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b> .....	891.261	23,35

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	1ª Outorga extraordinária	2ª Outorga extraordinária	3ª Outorga extraordinária	Total
Data da outorga.....	4/10/2010	8/11/2010	16/04/2012	4/10/2010	4/10/2010	16/04/2012	
Data da última modificação.....	30/06/2011	30/06/2011	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	
Quantidade de ações.....	98.361	36.799	378.517	1.370.999	154.570	62.046	2.101.292
Preço de exercício na data da outorga após a modificação.....	23,61	27,83	31,41	12,28	16,28	31,41	
Taxa de juros, isenta de risco - %.....	12,15	12,15	10,30	12,15	11,88	8,86	
Tempo médio contratual -anos.....	4,63	4,67	4,75	4,88	3,25	4,75	
Rendimento esperado do dividendo - %.....	2,60	2,60	4,17	2,60	2,59	4,17	
Volatilidade das ações no mercado - %.....	33,79	33,79	32,78	33,79	34,24	32,78	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$.....	26,90	31,55	38,36	26,90	26,90	38,36	
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$.....	27,20	27,20	N/A	27,20	27,10	N/A	
Valor justo da opção na data da outorga - R\$.....	11,58	14,06	14,68	16,91	10,53	13,86	
Valor justo da opção na data da modificação - R\$.....	12,17	10,71	N/A	17,35	N/A	N/A	
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2012.....	27,33	32,21	33,65	14,36	14,29	33,65	
Média da vida útil contratual remanescente.....	3,92	3,96	4,69	4,13		4,67	
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2012.....	61.463	2.245	362.272	403.235		62.046	891.261
Quantidade de opções a exercer - 31/12/2012.....							

A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.

### 19. Receita por natureza

	2012	%	2011	%	Variação no período - %
<b>Em 31 de dezembro</b>					
Receita					
De resgate de pontos.....	1.425.055	87,5	1.026.456	74,7	38,8
Hedge de receita de pontos.....	(14.433)	(0,9)	9.740	0,7	248,2
Breakage.....	214.254	13,2	318.743	23,3	32,8
Da prestação de serviços.....	3.240	0,2	3.240	0,2	0,0
Outras receitas.....	27	0,0	15.267	1,1	(99,8)
<b>Receita bruta.....</b>	<b>1.628.143</b>	<b>100,0</b>	<b>1.373.446</b>	<b>100,0</b>	<b>18,5</b>
Impostos e outras deduções.....	(152.129)		(126.634)		20,1
Receita líquida.....	1.476.014		1.246.812		18,4

### 20. Custos e despesas operacionais por natureza

	Custos dos serviços e resgates de pontos		Gerais e administrativas		Total	%
	Vendas					
Pessoal.....	7.277		31.863		39.140	3,2
Honorários da administração.....			687		687	0,1
Custo de resgate de pontos (i).....	1.092.431				1.092.431	89,2
Depreciação e amortização (ii).....			5.841		5.841	0,5
Serviços de terceiros.....		9.484	39.317		48.801	3,9
Vendas e marketing.....		22.582			22.582	1,8
Outras (iii).....		1.719	27.206		28.925	2,3
<b>Em 31 de dezembro de 2012.....</b>	<b>1.092.431</b>	<b>41,062</b>	<b>104.914</b>	<b>2,38</b>	<b>1.238.407</b>	<b>100,0</b>
Pessoal.....		4.924	27.424		32.348	3,5
Honorários da administração.....			396		396	0,0
Custo de resgate de pontos (i).....	842.068				842.068	89,9
Depreciação e amortização (ii).....			5.022		5.022	0,5
Serviços de terceiros.....		8.550	22.706		31.256	3,3
Vendas e marketing.....		15.945			15.945	1,7
Outras.....		2.952	6.576		9.528	1,1
<b>Em 31 de dezembro de 2011.....</b>	<b>842.068</b>	<b>32,371</b>	<b>62.124</b>	<b>936,563</b>	<b>100,0</b>	

(i) Líquido dos créditos de PIS e COFINS.

(ii) A Companhia realizou análise do prazo de vida útil econômica dos itens do ativo intangível. Como consequência dessa revisão que visou reavaliar o prazo de vida útil e a amortização remanescente ao período de vida residual dos bens, foi registrado um impacto a crédito no resultado do período, na comparação com a depreciação que teria sido registrada com base nas estimativas utilizadas no

Sob os termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três e quatro anos, respectivamente, se ainda empregados pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e a outra metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

A opção contém uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo empregado por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 20,00 por ação, referente à outorga especial relacionada à contratação do atual Diretor Presidente e à redução do preço de exercício em R\$ 3,72 (três reais e setenta e dois centavos) por ação, em razão da redução de capital social, para as demais outorgas. O recálculo das outorgas considerando o novo preço de exercício gerou uma despesa adicional de R\$ 3.114 que vem sendo ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente das outorgas.

Em 3 de outubro de 2011, a Companhia aprovou a fixação do preço de exercício em R\$ 16,28 por ação, referente à outorga especial em razão da redução do capital social. O recálculo da outorga considerando o novo preço de exercício gerou uma despesa incremental de R\$ 312, que vem sendo ajustada prospectivamente pelo prazo remanescente da outorga.

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação *Black-Scholes*. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.

Em 31 de dezembro de 2012, as premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas foram as seguintes:

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	1ª Outorga extraordinária	2ª Outorga extraordinária	3ª Outorga extraordinária	Total
período anterior, no montante de R\$ 2.578, líquido de impostos.							
(iii) O aumento em 31 de dezembro de 2012 quando comparado ao do mesmo período do ano anterior, deve-se ao aumento no volume de pontos reembolsados.							

### 21. Benefícios a empregados

Os custos de pessoal têm a seguinte composição:

	2012	2011
Salários e bonificações.....	24.527	18.339
Remuneração baseada em ações.....	8.155	9.915
Plano de pensão de contribuição definida.....	340	166
Impostos e contribuições sociais.....	6.118	3.928
<b>Em 31 de dezembro.....</b>	<b>39.140</b>	<b>32.348</b>

### 22. Resultado financeiro

	2012	2011
<b>Receita</b>		
Receita de juros sobre aplicações financeiras.....	85.722	101.724
Receita de juros sobre partes relacionadas.....	2.115	234
Outros.....	1.236	64
<b>Em 31 de dezembro.....</b>	<b>89.073</b>	<b>102.022</b>
<b>Despesa</b>		
Juros passivos.....	(155)	(121)
Despesas bancárias.....	(67)	(138)
Outros.....	(1.647)	(46)
<b>Em 31 de dezembro.....</b>	<b>(1.869)</b>	<b>(305)</b>

### 23. Lucro por ação

	2012	2011
<b>(a) Básico</b>		
O lucro básico em 31 de dezembro de 2012 foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas ordinários da Companhia de R\$ 224.305 (2011 - R\$ 274.246) e na respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação neste exercício, de 161.533 mil (2011 - 161.311 mil), conforme quadro abaixo:		
<b>Em 31 de dezembro</b>		
Lucro líquido atribuíveis aos acionistas da Companhia.....	224.305	274.246
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares).....	161.533	161.311
Lucro líquido básico por ação (R\$/ação).....	1,38860	1,70010

### (b) Diluído

O lucro diluído em 31 de dezembro de 2012, foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas ordinários da Companhia de R\$ 224.305 (2011 - R\$ 274.246) e na média ponderada de ações ordinárias, após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias passíveis de diluição totalizando 162.344 mil ações em 2012 (2011 - 162.112 mil), calculadas conforme quadro abaixo:

	2012	2011
<b>Em 31 de dezembro</b>		
Lucro líquido atribuíveis aos acionistas da Companhia.....	224.305	274.246
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares).....	161.533	161.311
Ajuste por ação de compra de ações (em milhares).....	811	801
Lucro líquido básico por ação (R\$/ação).....	1,38166	1,69170

### 24. Compromissos futuros

Companhia possui obrigações decorrentes da contratação de fornecedores para o desenvolvimento de seus projetos de TI, manutenção dos equipamentos e ambiente de rede. Estes valores não estão refletidos no balanço patrimonial. Os vencimentos têm a seguinte distribuição por período:

	Valores - R\$ mil
2013.....	3.300
2014.....	1.865
<b>Em 31 de dezembro de 2012.....</b>	<b>5.165</b>

### 25. Contingências passivas

A Companhia possui ações de natureza cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como possíveis, não sendo, portanto, requerida provisão em 31 de dezembro de 2012. Os montantes estimados são demonstrados a seguir:

	Valor - R\$ mil	Quantidade
<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>		
Possibilidade de perda		
Possível.....	2.841	213

### 26. Eventos subsequentes

No mês de janeiro de 2013 a Companhia realizou o pagamento antecipado para compra de bilhetes aéreos da TLA, no valor total de R\$500.000 conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de dezembro de 2012, com taxa de juros de mercado.

Em 27 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição integral, sujeita à ratificação da Assembleia Geral Ordinária, do saldo da reserva de lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, após efetuadas as retenções legais e as deduções dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente, sendo distribuídos como dividendos o valor de R\$64.068, correspondente a R\$0,39557 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$3.069, correspondente a R\$0,01895 por ação, ou de R\$2.608, líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$0,01611 por ação. Os dividendos e juros sobre o capital próprio serão pagos a partir de 18 de março de 2013.

Em fevereiro de 2013 foram celebrados, os seguintes Termos Aditivos ao Contrato Operacional, firmado entre a TLA e Multiplus em 10 de dezembro de 2009: (i) 10º. Termo Aditivo para prorrogação dos termos e condições anteriormente estabelecidos até 31 de maio de 2013, e (ii) 11º. Termo Aditivo o qual consolida, entre outras condições, o cálculo dos preços de pontos e de bilhetes aéreos, com o intuito de manter a estabilidade a longo prazo e o compartilhamento da tomada de decisões críticas, que passará a vigorar a partir de 1º de junho de 2013, e que foram aprovadas na reunião do Conselho de Administração de 28 de fevereiro de 2012.

	2012	2011
Wellington de Oliveira - Contador - 1SP259869/O-6		

## Parcer do conselho fiscal

Os membros efetivos do Conselho Fiscal, abaixo assinados, tendo analisado as demonstrações financeiras da Multiplus S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, tendo como base os respectivos trabalhos, as informações prestadas pela administração e o parecer dos auditores independentes - PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, entendem que se encontram em condições de serem submetidas à Assembleia Geral dos Acionistas da Companhia.

	2012	2011
Receita de juros sobre aplicações financeiras.....	85.722	101.724
Receita de juros sobre partes relacionadas.....	2.115	234
Outros.....	1.236	64
<b>Em 31 de dezembro.....</b>	<b>89.073</b>	<b>102.022</b>
<b>Despesa</b>		
Juros passivos.....	(155)	(121)
Despesas bancárias.....	(67)	(138)
Outros.....	(1.647)	(46)
<b>Em 31 de dezembro.....</b>	<b>(1.869)</b>	<b>(305)</b>

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013.

**Conselheiros:**  
Edvaldo Massao Murakami  
Antonio Fernando Siqueira Rodrigues  
Antonio Sergio Bartiotti  
Nilton Maia Sampaio  
Eduardo Grande Bittencourt

**Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes**  
Declaração: Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Multiplus S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, na cidade de São Paulo, inscrita no CNPJ 11.094.546/0001-75, declara que: (i) reviram, discutiram e concordam com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Multiplus referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012, e (ii) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Multiplus relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2013.  
**Eduardo Campozana Gouveia**  
Diretor-Presidente  
**Sandoval Martins Pereira**  
Diretor Financeiro, Relações com Investidores e Diretor de Operações

**Outros assuntos**  
**Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado**  
Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**ênfase - operações com partes relacionadas**  
A companhia mantém operações comerciais em montantes relevantes com partes relacionadas, as quais são realizadas nas condições referidas na Nota 9. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2013  
**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5  
**Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior**  
Contador  
CRC 1BA018245/O-1 "S" SP

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

**Multiplus S.A.**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Multiplus S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiplus S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo